

MONTREAL – Sessão plenária do Grupo de Trabalho do GAC sobre Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Grupo Intercomunitário de Direitos Humanos
Quarta-feira, 6 de novembro de 2019 – 08h30 às 10h15 EDT
ICANN66 | Montreal, Canadá

INTÉRPRETE: Estamos fazendo um teste para os transcritores.
Bom dia. Essa é uma prova de áudio. ICANN66. Teste de áudio.
Podemos verificar o link com os transcritores.

JORGE CANCIO: Bom dia. Bem-vindos. Vamos começar em dois minutos aproximadamente. Bem-vindos à Sessão do Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Direito Internacional. É uma sessão intercomunitária. Como poderão ver, temos representantes das diferentes comunidades na mesa e esperamos que, também, estejam, haja muitas pessoas no público. Pedimos que entrem na sala e ocupem os seus lugares. E também, que tentem participar ativamente nas próximas discussões. Temos ainda um minuto para começar. Então, se estiverem fora, por favor, entrem.

[PAUSA]

JORGE CANCIO: Bom dia a todos, novamente. Por favor, ocupem seus lugares. Eu sou Jorge Cancio. Sou representante da Suíça, diante do GAC e também, co-presidente do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos e Direito

Observação: O conteúdo deste documento é produto resultante da transcrição de um arquivo de áudio para um arquivo de texto. Ainda levando em conta que a transcrição é fiel ao áudio na sua maior proporção, em alguns casos pode estar incompleta ou inexata por falta de fidelidade do áudio, bem como pode ter sido corrigida gramaticalmente para melhorar a qualidade e compreensão do texto. Esta transcrição é proporcionada como material adicional ao arquivo de áudio, mas não deve ser considerada como registro oficial.

Internacional. Aqui, está a minha co-presidente, Suada e junto com meu colega. Não sei se quer falar a minha colega.

SUADA HADZOVIC: Bom dia. Que bom ver a todos.

JORGE CANCIO: Bom dia por estarem aqui tão cedo. Vamos verificar os slides. Essa é a nossa agenda. Vamos ver o que há no segundo slide. Mas essa primeira... Aqui, vemos que temos a agenda para reunião. Primeiro, vamos ter umas palavras de abertura e boas-vindas, checando os objetivos da sessão. Depois, o ponto seguinte seria "Como chegamos ao valor fundamental dos direitos humanos, que está nos estatutos?" Para isso, temos o privilégio da presença de Sarah Deutsch, membro do Board. Depois, vamos falar sobre a apresentação, na realidade, que vamos receber do Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos, Grupo de trabalho Intercomunitário sobre Direitos Humanos. E eles vão falar do design ou avaliação do impacto dos direitos humanos, a experiência de desenvolvimento do processo de PDP, que faz uma contribuição. E depois, vamos ter uma discussão, mais específica possível, esperamos, sobre os resultados da apresentação, que irão realizar os nossos colegas do CCWP. E há uma oportunidade de falar com o microfone. Qualquer um pode fazer perguntas, comentários sobre o que se falar. E para finalizar, teremos uma resenha dos conceitos principais, que irá preparar Suada, durante a sessão do mesmo jeito que Benedetta. Se estiverem de acordo, vamos passar para o próximo slide.

Muito bem. Por que é que estamos aqui? Qual o propósito dessa sessão? A parte do GAC, como uma sugestão do Grupo de Trabalho

sobre Direitos Humanos e Direito Internacional, propusemos ter aqui em Montreal, uma discussão intercomunitária sobre a implementação futura do valor fundamental de direitos humanos e as diferentes abordagens, que pode ter na comunidade ampliada da ICANN. E infelizmente, não foi possível configurá-lo como uma sessão intercomunitária formal. Porque existem outros temas importantes, que reconhecemos a sua existência. Mas decidimos, apesar disso, que devíamos falar e dar tempo ao Grupo de Direitos Humanos e Direito Internacional, tempo na agenda do GAC para ter esse trabalho da maneira mais aberta possível.

Então, com a fantástica colaboração de todas as pessoas, aqui presentes na mesa e com a assistência do pessoal do GAC, pudemos organizar essa sessão. Em definitivo, os objetivos dessa sessão são: em primeiro lugar e novamente, criar consciência a respeito da existência e do significado do valor fundamental dos direitos humanos nos estatutos da ICANN, que é algo que está ali contido e que também, temos que completá-lo com significado. E esperamos que no futuro próximo, possamos implementá-lo. Isso me leva até o segundo ponto, que é uma análise das diferentes abordagens, qual a situação na comunidade da ICANN com relação a possível implementação desse valor fundamental. E nas nossas discussões internas, dentro do grupo de trabalho interno, do grupo do GAC de direitos humanos e direito internacional, lentamente, estivemos fazendo uma confluência para a noção de que qualquer implementação na comunidade da ICANN deve ser intercomunitária. E deve ser inserida nos processos de desenvolvimento de políticas propriamente dito. Não é uma coisa, que

nós tenhamos decidido. Em definitiva, é o estado da convergência das discussões internas do GAC. É por isso, que é tão importante que tenhamos aqui o CCWP para explicar qual foi a sua experiência na tarefa até o momento. E um terceiro objetivo. Espero que também nesta sala, ou seja, não só dentro do grupo de trabalho do GAC, mas como temos aqui, colegas da comunidade, possamos fazer uma convergência para os próximos passos, como se vê, o caminho para frente.

Essa é, então, a intenção do último ponto da agenda das noções ou mensagens a serem levadas. A ideia não é fazer um consenso, mas o reflexo da discussão, que tivermos nesta sala. Muito bem. Essa seria a breve explicação. Eu espero ter abrangido de maneira, pelo menos aproximada, os objetivos da sessão de hoje. E se não houver nenhuma intervenção urgente, então, vamos passar para o próximo ponto da agenda. Como disse, temos o privilégio de contar com uma representante do Board, aqui, Sarah Deutsch. Muito obrigado, Sarah, por estar aqui. E muito obrigado por fazer a introdução de porquê estamos aqui, como chegamos, qual é o lugar do valor fundamental nos estatutos da ICANN.

SARAH DEUTSCH:

Obrigada, Jorge. É um grande prazer estar aqui. Bem-vindos todos. Pensei que antes de abrir a discussão do painel, seria bom analisar o que é que está acontecendo. Principalmente, para aqueles que estão menos familiarizados. Em 2017, conforme as recomendações da CCWP, se adicionou o valor dos direitos humanos ao estatuto da ICANN. Então,

desde então, esse HRFIO é parte do pacote das Recomendações de Trabalho II, que foi apresentada ao Board em 2018.

E que está em consideração para ser adotado. Posso confirmar, que essa recomendação vai ser tratada na agenda do Board amanhã. E o valor fundamental de direitos humanos vai entrar em vigor, depois de que o Board adote as recomendações. Nesse momento, as contribuições da comunidade vão começar a completar e preencher a implementação desse valor fundamental. A organização desenvolveu um relatório de avaliação da implementação das recomendações no quadro . E ele avalia a factibilidade e os impactos das recomendações da Área de Trabalho 2. Em 2008, a organização selecionou um terceiro, independente para realizar uma avaliação independente do impacto dos direitos humanos, uma HRIA sobre as operações da ICANN. E isso marcou um ponto importante na avaliação da organização. Porque ajuda a ver como a organização faz as suas ações e deu recomendações sobre atividade cotidiana. Em Maio de 2019, o CEO da ICANN encomendou ao Diretor Operacional, que supervisione o trabalho sugerido por essas recomendações da HRIA. E aqui, temos um representante da organização, disponível para responder perguntas, se vocês precisarem, sobre o processo. Em Outubro, o Grupo de Trabalho sobre Direitos Humanos Intercomunitários, o CCWP-HR publicou um relatório sobre o impacto dos processos de desenvolvimento. E depois, vamos entrar em detalhes aqui. É muito bom. É muito interessante. É o início de um trabalho muito importante da comunidade sobre o valor fundamental dos direitos humanos. E quero que saibam que o Board está extremamente comprometido com os direitos humanos. E

estamos aqui para dar apoio e estar para dar os próximos passos. Passo a palavra novamente para Jorge.

JORGE CANCIO:

Obrigado pela atualização. É interessante saber que o Board vai considerar esse tema amanhã, ou seja, muito cedo. Agora, pergunto se tem perguntas sobre essa perspectiva histórica, sobre o estado da situação. Estão sendo assim. Vamos passar para o próximo slide, que é o ponto seguinte da agenda. E obrigado a Akriti e Austin do CCWP, dos Direitos Humanos, por estarem aqui. Não, não quero agradecer apenas que estejam aqui, mas pelo trabalho que vão apresentar. Porque, de fato, é uma baliza e um avanço para a comunidade. Isso de desenvolver uma abordagem da implementação do valor fundamental de direitos humanos. E escutaram que o Board vai adotá-lo muito pouco. É isso que esperamos. Então, contamos com vocês para continuar com esse trabalho tão importante, feito. E passo a palavra, por favor, falem devagar e claramente. E tem aproximadamente 15 minutos. Muito obrigado.

AKRITI BOPANNA:

Muito obrigado, Jorge, Sauda. É um momento muito importante para nós. Porque é a galvanização de um trabalho muito importante de todo o pessoal que trabalhou nessa avaliação. É algo que conceitualizamos ou fomos modificando no caminho. Então, é muito bom apresentá-lo diante de vocês, hoje. Porque é um passo muito importante. Vai se traduzir em algo mais substancial, de fundo para a comunidade. Quero dizer que grande parte desse projeto foi liderado pelo colega, Collin Kurre, que se demitiu no mês passado do grupo de trabalho. Agora, sou

eu, o único encarregado. Então, grande parte do trabalho é dela. É importante escutar a voz de vocês, principalmente, no quadro de interpretação de direito internacional, que contribuiu para esse HRIA. E as leis nacionais vão influenciar no presente. É bom fazer uma tradução do processo, como foi começado. E depois, Austin vai falar sobre a metodologia, abordagem, diferentes modelos considerados para o processo. Vamos ver alguns antecedentes. Governança dos direitos humanos, é um tema, que é tratado faz muito tempo. Na cúpula mundial da sociedade de informação, já foi mencionado. Em 2012, as Nações Unidas, na Resolução do Conselho, se declarou que as pessoas têm que ter a mesma proteção dos direitos online, quanto fora de online. Então, é uma conversa que vem sendo dada desde 2003. Em 2014, na Net Mundial, se entendeu que direitos humanos teriam que ser uma base importante de qualquer sistema de governança da internet. O importante é que as empresas e as organizações, que gerenciam a internet, a infraestrutura da internet. E nas suas políticas têm um impacto significativo, nas formas em que os direitos humanos são protegidos ou restritos online.

Então, perante isso, a ICANN incorporou um compromisso de política de respeitar os direitos humanos, reconhecidos internacionalmente em 2016. Isso significava respeitar as legislações aplicáveis. Também, está na missão e em outros valores fundamentais. Desenvolveu-se um âmbito de interpretação aprovado pelo Board. Agora, é parte da Área de Trabalho 2 da responsabilidade e recomendação, enquanto esperamos a aprovação das recomendações. Esperamos iniciar uma avaliação dos diferentes processos. Isso complementa o HRIA, que é a

própria organização está levando a cabo. Até o momento, as avaliações de impactos dos direitos humanos foram os métodos mais simples de abordar todo esse leque de direitos, que existem. Antes eram feitos projetos específicos e pela primeira vez, na ICANN, se fez uma avaliação de impacto multissetorial. E isso é muito útil para a nossa comunidade. Porque cada um tem diferentes perspectivas.

Temos diferentes unidades constitutivas, que têm diferentes perspectivas da importância dos direitos humanos. Esse método multissetorial têm como objetivo, a inclusão significativa durante todo o processo e ajuda a colaboração. As diferentes comunidades afetadas têm a chance de expressar seus problemas, que antes eram dominadas por uma única parte. Para a nossa comunidade, no campo da ICANN, podemos ouvir as diferentes comunidades, na Academia, na sociedade civil, representantes governamentais. Mesmo quando existe a dispersão, podemos agir como uma única comunidade. E o potencial dessa perspectiva diversa, se viu plasmado nessa avaliação. Então, o esforço que iniciamos em 2017, chega até 2019. E Austin vai mostrar as diferenças, impactos do modelo. Passamos agora, a escutar essa avaliação.

AUSTIN RUCKSTUHL:

Sou *fellow* da ICANN66 e membro do Grupo Intercomunitário. Vou falar um pouco sobre os modelos. Vou tentar fazê-lo da melhor maneira possível. Eu tenho que institucionalizar a memória dessa experiência. E no relatório não é nossa intenção seguir sempre no nosso PDP. Não, queremos documentar as diferentes experiências, para que outros membros da comunidade possam aproveitá-las no futuro, ou seja,

documentar. Vou começar explicando os quatro modelos diferentes, que também, são estratégias.

O primeiro é chamado de "rascunho inicial". Começou em Novembro de 2017, uma resenha de nível muito geral, onde quisemos fazer um mapeamento da avaliação do impacto possível. Numa espécie de PDP de grande nível. Diferentes questões, ideias surgiram no processo. Apresentamos essa noção de fazer uma experiência estendida de PDP. Então, a comunidade respondeu muito bem, se interessou e isso foi muito bom. Mas o problema é que faltou clareza e não explicou realmente, em que ponto se envolveria a comunidade da ICANN. E também, representava uma carga potencial para o pessoal da ICANN. Não era esse o objetivo. Todos viemos da comunidade e se viu um tanto prematuro em 2017, considerando o avanço da Área de Trabalho 2. Houve um questionário, que foi passado em 2018, em Maio, proposto por Collin. E a ideia dela era ter uma lista de perguntas, que pudesse ser aplicado em qualquer cenário ou hipótese. O problema da lista de perguntas é que era bastante abstrata. As pessoas viam a lista de perguntas e eram muitas páginas. E se perguntava "Tenho que responder todas as perguntas antes de apresentar o questionário? Qual a relação com os direitos humanos? Qual a relação específica? O que queria dizer?". E também, existia um problema com os tempos. Os tempos que apareciam, também, referidos aos prazos, que aparecia aqui no formulário. E faltava um pouco de clareza. Então, envolvemos a comunidade, criamos um espaço para que as partes interessadas se envolvessem e foi muito positivo.

O segundo e terceiro são modelos de mudança, que foi em Novembro de 2018 e convertemos o questionário numa folha de cálculo. E não houve muita diferença. E se centrou muito nessa ideia de mudanças e políticas. Então, na verdade, não permitiu documentar as coisas, que estavam com status quo. E tivemos que mudar um pouco, o objetivo. Essa folha de cálculo permitiu, que a colaboração fosse muito acessível, que é uma das coisas a resgatar do relatório, é mais acessível. Agora, qualquer pessoa da comunidade pode saber qual é a situação. Então, o formato também foi melhorado, inclui expertise externa. Mas era difícil de processar essa informação, era o status quo. E a relação com os direitos humanos era pouco clara. Então, esse modelo também não foi tão bom, como queríamos.

Então, o quarto modelo que chamamos de "modelo integrador ou global" e que está no relatório. Depois, vamos explicar como executamos esse modelo. Foi no começo de 2019, que foi mais uma folha de cálculo em formato livre e de colaboração. É uma folha com várias colunas, que evoluiu, a partir do uso. E uma coisa importante do ponto de vista prático, é que não estávamos ou não ficamos restritos por uma estrutura, mas que permitimos que fluísse, que avançasse livremente, então. E apareceram as ideias construtivas, o que foi muito bom. E o bom uso do tempo por parte da equipe, que era um pouco importante também. Então, aí, as cores definem os temas e isso facilita. Também, anexamos ou adicionamos colunas, quando vão surgindo ideias. Então, esse formulário é flexível, dinâmico. Utiliza-se muito bem o tempo e também, as pessoas se sentem mais a vontade. Também, que a sobrecarga de informação sempre seja uma coisa que incomoda

ou que atrapalhe. Aí, com isso, melhoramos. E no relatório há um link com esta folha, que aparece aqui.

Agora, vamos falar um pouco sobre a abordagem, o que fizemos. Em primeiro lugar, fizemos uma chamada através da lista de agentes comunitários para pedir voluntários. As pessoas ajudaram, 10 pessoas se inscreveram. E aí, tivemos que escolher, depois, um assunto para trabalhar no HRIA. Nós escolhemos os procedimentos posteriores. Não vou entrar nos detalhes de porquê escolhemos, mas foi o mais acessível naquela época, naquele momento. Recebemos feedback da comunidade sobre qual usar e ficamos com esse. Depois, o CCWP começou a trabalhar no PDP sobre procedimentos posteriores. Participamos em canais de comunicação, ligações, e-mails e back-end também. E também, tínhamos outro canal de pessoas do CCWP, podiam se anotar, dizendo quando queriam participar e quem ia fazer o impacto de cada ligação. E entre nós, falávamos num canal paralelo. E trabalhamos de forma interativa, utilizando uma planilha compartilhada no Google. Falamos com diferentes membros do PDP, como Kathy Kleiman, que está ali atrás, que ajudou muito. Alguns, erámos novos ou muito novos no tema dos PDPs. E os membros da comunidade trabalharam conosco nesta avaliação de impacto.

Finalmente, fomos ajustando a planilha, como já falei. Isso aconteceu várias vezes. E o elemento-chave era adicionar coisas como temas ou títulos breves, para que cada um pudesse identificar na planilha, quais serão os assuntos que estão sendo tratados e assim, classificá-los em diversas categorias. E vejam, talvez, se essa parte, se interessam-se pelo documento. Não é um documento perfeito. Apenas, queremos

deixar documentado tudo e vamos receber as suas opiniões. Queremos saber o que pensam vocês, do que poderíamos fazer; como veem vocês, o processo, acham que é muito informal. Por favor, digam o que pensam. Isso é o estado geral. Não esperávamos, mas foi uma boa forma de interagir com os novos participantes da ICANN. Podem enviar com pessoas, que estão familiarizadas, talvez, com direitos humanos. Mas nem tanto com a ICANN. Então, podem enviar um pouco para as pessoas, que trabalham no PDP. E como missão, para ver quais os assuntos. E no meu caso, mencionou muito sobre a ICANN e sobre o trabalho fundamental, que se faz através de um trabalho, que eu pudesse... de uma forma, que eu pudesse entender a desvantagem é que ingressamos no PDP de forma um pouco demorada ou tardia. Teria sido bom, talvez, ter um período de prova um pouco mais extenso e não só, quando chegamos até o PDP. É o que eu queria dizer. Obrigado.

JORGE CANCIO:

Obrigado. Obrigado, Akriti e Austin. Em primeiro lugar, eu gostaria de perguntar ao público, se alguém tem alguma pergunta, precisa de algum esclarecimento? Alguma coisa, que precisem de informação? Algum tema, em particular? Ainda estamos acordando, parece. Então, eu acho que eu vou tentar de ser eu, quem participe. Vocês explicaram que estiveram fazendo até agora, nesse momento. Qual seria o próximo passo no CCWP? E como, por exemplo, os representantes do governo, que querem participar nesse trabalho, poderiam se incorporar ao trabalho? Então, quais são os próximos passos e como poder participar alguém, nesse trabalho que você estão fazendo? Essa é a pergunta.

AKRITI BOPANNA:

Obrigado pela pergunta. Esta foi a primeira interação. A ideia é poder melhorar o modelo, a partir do feedback, que podemos receber e aplicar a outro PDP. Mas reconhecemos que o tema é que há muitos PDPs, que já estão muito avançados no processo. E é difícil começar uma avaliação de impacto de direitos humanos. Escolhemos esse modelo, porque achamos que era mais possível. Mas somos conscientes de que há muitos temas, questões técnicas para mim e para muitos outros da minha equipe, idem. Eu demorei muito para saber o que estava acontecendo no Grupo de Trabalho 5, porque há questões de tecnologia. Devemos entender ao que se referem, fazer avaliação de impacto dos direitos humanos.

Por sua vez, o PDP estava acontecendo num ritmo acelerado. Então, neste momento, o que esperamos é receber o feedback de vocês, para melhorar o nosso modelo e ver se há alguma iniciativa da comunidade e voluntários, também, para voltar a fazer o trabalho, de novo. Porque da última vez, contamos com 10 pessoas. Mas com diferentes fusos horários. Às vezes, muito problemático e nem sempre estão as 10 pessoas para fazer a avaliação do impacto no mesmo tempo. Então, seria bom ter uma iniciativa da comunidade com respeito a este tema e também, pelo representante do GAC. Porque achamos que seria útil, contar com algumas pessoas, que possam contribuir a nível de conhecimentos legais, que são necessários nesta avaliação de impacto. Ou falar sobre como é o efeito desses compromissos, como representantes de governos, vocês têm as melhores condições para ver essa perspectiva e fazer uma contribuição, porque muito de nós somos

de uma área de direitos humanos. E esta é uma perspectiva, que muitos de nós - na equipe - não temos.

Para mim, o que é interessante também, é a implementação das recomendações da Área de Trabalho 2. Oito dos temas dos direitos humanos, do que falamos hoje e do que estamos trabalhando, estão incluídos nessas recomendações. E temos aqui, pessoas que trabalharam nessa recomendações. Então, seria um bom começo, um bom ponto de partida para ver como podemos incorporar as lições, que já aprendemos e não começar do zero. Esta é outra forma, em que os representantes do GAC poderiam se envolver, participar e ver de contribuir. Obrigado.

JORGE CANCIO:

Obrigado, Austin. Quer acrescentar alguma coisa? Ou acha suficiente? Muito bem. Muito obrigado por estes esclarecimentos. Eu acho que como é um tema comum, como muitos outros projetos da comunidade, temos a questão da escalabilidade. E temos que ter a certeza de que seja qual for o modelo, utilizar para a avaliação de impactos dos direitos humanos, para o trabalho de implementação. Ele deve ser um modelo escalável e devemos ter suficiente pessoas na comunidade. Já que é muito diferente cobrir um PDP, quem institucionalizá-lo e tentar de cobrir ou trabalhar ou tratar não sei quantos, estão de trabalhando de forma paralela, 6 ou 7 no mínimo. Então, esse seria um problema. Mas este tema é uma coisa, no qual temos que pensar. E por uma questão de tempo, eu... eu devo manejar o tempo aqui. Vamos passar ao próximo ponto da agenda. E vamos ver qual o ponto de vista das diferentes pessoas, que estão aqui na mesa.

Qual a informação, que vocês têm. Nós fomos falar com as diferentes SOs e ACs e perguntamos se queriam fazer parte desse painel. O objetivo era que fosse um projeto intercomunitário. E aqui, estão as pessoas que estiveram dispostas a trabalhar e que tinham tempo nas suas agendas. Então, em primeiro lugar, muito obrigado por estarem aqui conosco.

E eu vou começar. Aqui, a minha esquerda, vamos começar com Tatiana, que é uma veterana nesses temas, uma experiente nesses temas. Quero saber o que a senhora pensa sobre a apresentação, depois Austin, Akriti. Se você quer liderar esta discussão, por favor, tem 2 ou 3 minutos. Obrigado.

TATIANA TROPINA:

Obrigada. Sim, eu estou à esquerda. Depois desse trabalho, descobri que tenho a ver com os direitos humanos. Eu quero agradecer a todos por estarem aqui. Quero fazer uma pergunta. Quem de vocês lembra - porque isso aconteceu há 2 anos - quem de vocês leu e lembra o marco de interpretação de direitos humanos, o valor fundamental dos direitos humanos? Não vejo muitas mãos alçadas. Então, vou relembrar um pouco, o que era. Porque eu quero falar sobre o trabalho do CCWP sobre direitos humanos. E quero contar como, eu acho, isto pode alimentar a questão do marco de interpretação e o valor fundamental do tema. Quando estávamos desenvolvendo o marco de interpretação para o valor fundamental dos direitos humanos, percebemos duas coisas. Por uma parte, o impacto, o principal impacto que tem a ICANN sobre os direitos humanos não é o impacto da organização da ICANN. Porque é pouco provável, que a organização ou a comunidade pratique

a escravidão, exceto voluntários, tráfico de crianças ou trabalho infantil. O maior impacto que temos é através das políticas, que cria a comunidade através do assessoramento, que dá o GAC ou o ALAC. E é aqui, onde nós podemos ter um impacto a nível global.

E esta é a razão, pela qual quero destacar aqui, salientar que agradeço muito o trabalho da Organização da ICANN, em termos da avaliação do impacto das operações da ICANN. Temos esses três pontos da ICANN. Está a organização, o Board e a comunidade da ICANN. E neste momento, para ele, talvez, trabalhando nesses estatutos que estão latentes. E temos que entrar no marco de interpretação. Temos que pensar como nós - como comunidade - avaliamos o impacto dos direitos humanos com as nossas políticas e assessoramentos.

Enquanto estávamos desenvolvendo esse marco de interpretação, consideramos diferentes aspectos da comunidade e dissemos "Não, depende das Organizações de Apoio e dos Comitês Assessores, decidir como vão fazer a avaliação do impacto dos direitos humanos". Porque nós não podemos criar uma solução fácil, que seja igual para todas as SOs e ACs. Então, basicamente, voltando a apresentação da Akriti e do Austin. Como podemos fazer isso?

Por exemplo, eu sou o representante da GNSO, como podemos avaliar, nós, o impacto dos PDPs? Com relação aos direitos humanos. Em que etapa, vamos fazer isso? E é aí, onde eu vejo, que o trabalho que vocês fizeram pode ser vinculado com os debates da GNSO. Depois, que o Board aceita os resultados da Área de Trabalho 2, os estatutos vão ser acordados, digamos. Não vão ficar aí, latentes. Então, as SOs e ACs têm que fazer essa avaliação do impacto dos direitos humanos e dar

assessoramentos ou políticas. Isso tem que ser prioritário nas nossas agendas, porque precisamos ter, implementar esse valor fundamental. E eu quero destacar, que não é um compromisso. É um valor fundamental, porque um compromisso é uma coisa diferente dentro do estatuto da ICANN. Então, para resumir o que eu disse, eu vejo que aqui há três etapas. Em primeiro lugar, as diferentes partes da comunidade devem desenvolver soluções para si. Porque eu acho que, por exemplo, os governos dentro do GAC, são os que devem manter e proteger os direitos humanos, são os defensores dos direitos humanos no mundo ideal. Em seu ponto de vista, com respeito as consequências dos direitos humanos, são diferentes das consequências do PDP da GNSO, dos direitos humanos são universais. Mas como exercemos esse valor fundamental, a forma na qual exercemos é diferente, porque há diferentes processos, diferentes aplicação e etc.

Em segundo lugar, como podemos desenvolver esses modelos da comunidade, em que momento devemos avaliar os direitos humanos. E eu acho que a Akriti e o Austin já apresentaram esse tema tão importante. Em que ponto do PDP, do processo de desenvolvimento de políticas deve acontecer isso? Em que momento, devemos avaliar o impacto? Ou talvez, deveríamos avaliar em cada uma das etapas do processo de desenvolvimento de políticas, mas nesse caso, deveríamos saber como. E a pergunta mais importante que eu tenho a fazer é uma que nunca me ocorreu, quando estávamos desenvolvendo esse marco de interpretação do valor fundamental dos direitos humanos. Se existe um modelo para avaliar o impacto dos direitos humanos, o que vamos fazer com os resultados? Se vemos que há severos impactos sobre os

direitos humanos. Digamos que está em contraposição com os valores fundamentais. Como fazemos esse equilíbrio com outros valores dos direitos humanos? E isso também, está na ICANN. Como reagimos como comunidade, como diferentes partes da comunidade e temos a GNSO, At-Large. São eles que devem ocupar-se desse assunto ou talvez, o Board deveria ser quem aprove ou aprovasse as políticas, o que leva em conta os assessoramentos. E essas são perguntas para os quais, infelizmente, eu não tenho resposta. Mas que eu acho que nós, como comunidade, devemos buscar as respostas a essas perguntas. Muito obrigado.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado, Tatiana. Foi uma interessante, uma apresentação muito interessante da sua perspectiva no assunto. Eu acho que há alguns temas nos quais, não só queremos, mas devemos trabalhar juntos. Como por exemplo, no processo de desenvolvimento de política, porque a maioria das vezes, estão sob a proteção da GNSO. Mas todos nós, toda a comunidade deve desenvolver essas políticas, todos e cada um de nós, dentro das funções respectivas, definidas nos estatutos da ICANN. Então, devemos trabalhar de forma conjunta. E também, há outras atividades nas quais trabalhamos dentro dos nossos próprios silos. Eu, geralmente, penso que essa é a exceção, digamos. E que agora, estamos trabalhando mais, todos juntos. Essas são perguntas muito relevantes. E todos nós devemos tomar nota dessas perguntas. Antes de passar a palavra a Akriti e ao Austin, quero passar a palavra a Yrjo, quem vai dar a perspectiva do At-Large com respeito a este trabalho. Yrjo e Lance, muito obrigado por estarem aqui.

YRJO LANSIPURO:

Falo a título pessoal, porque em At-Large ou em ALAC não há uma posição única a respeito desse tema ou uma posição fixa. É claro, que eu li o relatório e quero parabenizar Collin, Akriti e Austin pelo relatório e por tratar de considerar esse tema, que é muito difícil na ICANN, que na realidade, é uma organização técnica. O modelo integral abrangente, assim como foi entendido por mim, parece ser muito bom. Especialmente, os alinhamentos, a lista de verificação. Acho que é muito bom, que é algo que poderemos aplicar para futuro. Poderemos ir checando, verificando se uma proposta ou medida determinada cumpre com esses critérios. Mas a pergunta é quem vai fazê-lo? Agora, foi feito com 10 voluntários, pelo que eu entendi. E os voluntários não são muitos nas SOs e ACs.

Falamos sobre a carga de trabalho dos voluntários. Então, acho que é isso que devemos fazer, todas as SOs e ACs e seus representantes e diferentes PDPs. Ou seja, todos os grupos de partes interessadas deveriam internalizar esses critérios, questões e aplicar esses alinhamentos. É claro, que alguns grupos de partes interessadas, talvez, estejam mais inclinados. O GAC, por exemplo, e a ALAC têm membros, que têm formação no que representação a sociedade civil. É, isto envolve bastante risco, que se transforme numa especialidade de alguns e não de outros. Eu acho que todos deveriam participar. Eu, nisso, concordo com a Tatiana e com o que ela disse. Não tenho muito mais a dizer. Inclusive, me arriscando a ir para além do escopo dessa sessão e devo dizer, e todos sabem, que a principal questão relativa aos

direitos humanos na esfera da internet é que não estão dentro da jurisdição da ICANN.

Há outras coisas que acontecem e a minha pergunta, o que eu estou pensando é essas grandes ameaças têm vínculos com algumas coisas, que estão mesmo dentro do âmbito da ICANN. Estou pensando no uso indevido do DNS. Ele é algo que leva ou que se relaciona com o abuso dos direitos humanos, com a violação dos direitos humanos. Então, em última análise, poderíamos dizer que a ICANN defende os direitos humanos, fazendo o seu trabalho. Muito obrigado.

JORGE CANCIO:

Muito obrigado, Yrjo, pela sua opinião. Isso me leva a formular uma pergunta espontânea. Porque se você diz, Tatiana diz, eu digo, todos dizemos, todos os SOs e ACs têm que se envolver nisso. E é um pouco abstrato, porque as SOs e ACs não são algo que exista na nuvem. Nós somos as SOs e ACs. Então, vamos fazer uma breve enquete. Quem do público, se considera que participa em qualquer, de qualquer maneira, nessa avaliação de impacto dos direitos humanos? Alguém? Vejo algumas mãos muito tímidas. Pares de pessoas, apenas. Mas precisamos ter muitas mais, para que isso funcione. Talvez, a Akriti e o Austin tenham alguma coisa a dizer. Das intervenções da Tatiana e Yrjo.

AKRITI BOPANNA:

Sei que parece muito pesado, mas foi um processo muito divertido. Há muitas pessoas, que gostam dos direitos humanos. E foi muito útil, ter a comunidade e a capacidade de comunicar as questões de direitos humanos. Encontrar mais pessoas dispostas a trabalhar nisso. O relatório não tinha como intenção dizer que encontramos o modelo

perfeito, já dissemos isso. Mas fazer ênfase na fluência do processo e resultado final. O que se fez, foi institucionalizá-lo, para que se veja que há uma memória, para que se veja o que acontece na ICANN. E quando haja mais capacidade para essas iniciativas, existe um modelo provado, que foi lançado e que seja útil, quer para ser feito novamente por nós ou outras pessoas que se envolvam, recém-chegadas. Ter uma ideia de como seria visto esse modelo.

AUSTIN RUCKSTUHL:

Quero adicionar que ainda há muitas perguntas. Não é um processo perfeito. Mas não posso responder quando, mas como. É isso que estamos tentando responder. E para simplificar isto, uma proposta que contenha as visões dos SOs e ACs, o que eu enxergo é ter uma folha de trabalho - como dizia Yrjo - que resenhe a estrutura, o que vemos na página de início da SO, no website, um vínculo para que cada SO ou AC tenha um relator que seja quem reporte ou relate a cada unidade. Mas é um documento aberto. Pode se constituir um comitê, se vocês quiserem. Na realidade, acho que a comunidade não expressou muita vontade nesse sentido. Mas se vocês considerarem, que é um tema, que se pode discutir e que é uma preocupação, podem ir completando. É um documento vivo. Porque o relator age uma vez por ano. A ideia é simplificar. Queremos que seja institucionalizado agora, quem. Não tem que ser sempre o mesmo. Porque provavelmente foi mudando.

AKRITI BOPANNA:

Para complementar, o pusemos também, é que quando se fazem comentários públicos, como fazemos com frequência sobre direitos humanos, não é necessário que seja no formato, em que nós fizemos.

Mas permite esse formato, ter uma visão mais ampla e as decisões tomadas pela ICANN. Para levar essa conversa para a frente, não tem que ser uma coisa, que pese. Mas sim, algo que se incorpore a qualquer comentário público ou que se relacione com qualquer política da ICANN.

JORGE CANCIO:

Muito boas, as ideias. Tatiana tem a necessidade de comentar?

TATIANA TROPINA:

Sim. Quero fazer dois comentários. São muito breves. Acho que esse trabalho é muito importante e essa alimentação de ideias na avaliação de impacto de direitos humanos é muito importante. Porque se vemos a imagem concreta da comunidade da ICANN, a GNSO seria o lugar onde comentar. Porque a GNSO e o processo de desenvolvimento de políticas são cada vez mais abertos para a participação - não sei - do GAC, da ALAC e outras SOs e ACs. É o lar da elaboração de políticas, é o lugar aonde teríamos que prestar mais atenção. Mas quero dizer, que em pouco tempo, teremos que deixar atrás isto e que isso apenas seja mais do um exercício. E coloquemos em funcionamento, para que deixem de ser apenas palavras e modelos. A comunidade tem que fazê-lo, porque está nos estatutos e existe a obrigação, como valor fundamental, de respeitar os direitos humanos.

JORGE CANCIO:

Estou totalmente de acordo, Tatiana. Há muita convergência nesse ponto. Acho que vamos passar para o quinto ponto da agenda, que é agora, perguntar a vocês. Na sala, temos um microfone. Não, desculpem. Não temos microfone, para que passe por vocês. Mas há

microfones nas mesas. Então, talvez, possam se aproximar. Está Milton e outros colegas da comunidade, que talvez, possam se aproximar e formular perguntas. Aproximem-se e compartilhem as suas opiniões. E ao microfone. Aí, aí, aí é um microfone, que vocês também podem utilizar. Atrás, está. Está Gulten com um microfone sem-vergonha. Não há problemas. Podem perguntar sem nenhuma vergonha. Milton tem a palavra.

MILTON MUELLER:

Muito obrigado. Talvez, não me encorajei tanto a falar, porque Tatiana disse o que eu queria dizer. A questão real dos direitos humanos está no processo de políticas. Precisamos de pessoas, que quando fazemos algo relacionado com o novo gTLD, quais as consequências das políticas da liberdade de expressão? Tivemos questões ou problemas sobre isso na primeira rodada. Colegas que insistiam em que devíamos ter algum tipo de direito de veto sobre o nome ou questões relacionadas com a privacidade. É obvio que continuam com o EPDP e o que colocou a Tatiana é muito importante. Há uma avaliação de impacto sobre os direitos humanos e vemos que existe um fracasso da perspectiva dos direitos humanos.

Então, o que fazer? Temos o mesmo estado da assessoria do GAC. O GAC recuou e disse "Acreditamos no nosso assessoramento. Há um problema de direitos humanos nessa política, que está se desenvolvendo. Se tiver que recuar, por favor, solucionem". Seria muito bom. Mas a questão verdadeiramente crítica é "Qual o impacto, que tem esses HRIAs?". Essas avaliações sobre o trabalho de políticas.

JORGE CANCIO: Muito bom comentário. Mais alguém? Quer fazer algum tipo de comentário ou pergunta? Por favor, apresente-se.

DEAN MARKS: Bom dia. Sou Dean Marks. Sou da Coalisão de Responsabilidade. Interessa-me muito esse tema. Na verdade, peço desculpas por não ter podido participar antes. Ainda estou aprendendo. Surgiu a curiosidade em mim, relativa ao que dizia Milton. Quando se fez a avaliação de impacto sobre direitos humanos e se considerou o trabalho do Artigo 27.2 da Declaração de Direitos Humanos, que diz que "Todos Têm direito de proteger os interesses morais e materiais, que resultem das produções literárias, científicas ou artísticas, nas quais é autor", ou seja, os direitos do autor natural é tomado como um direito humano. Eu me pergunto se "Isso foi considerado pelo grupo de trabalho?". Muito obrigado.

JORGE CANCIO: Todos os direitos humanos são interdependentes e indivisíveis. E é algo que repetimos, também, no FOI. Onde a Tatiana e eu, tivemos a oportunidade de discutir por extenso, isto. Mas surgiu como um acordo. Infelizmente, estamos nos aproximando do final dessa sessão. Não sei se Suada e Benedetta... os conceitos essenciais. Vão apresentar em 3 minutos. Puderam condensar a discussão de hoje? Estão prontas? Passo a palavra para Suada.

SUADA HADZOVIC: Com a ajuda da Benedetta, vou apresentar as mensagens presenciais. O valor fundamental dos direitos humanos entraram em vigor, depois de que o Board adotou a recomendação. Como sabem, o marco de

referência da interpretação dos direitos humanos e as considerações foram desenvolvidas posteriormente pelo comunidade multissetorial. Completou-se em 2017. Foi aprovada em Plenária em Março de 2018. E foi enviada ao Board para aprovar em Novembro de 2018.

Hoje, tivemos a confirmação do Board, de que estará na agenda deles, amanhã. Então, isso, para nós é muito boa notícia. Disseram que tem a intenção de dar apoio pleno e compromisso com os direitos humanos. E aqui, estamos para ajudar. Isso é muito bom.

Quando for completado o passo, vai começar um trabalho muito importante da comunidade, que é a implementação dos valores fundamentais. A avaliação intercomunitária vai ser chave no processo de implementação. Embora, haja algumas questões pendentes. O que fará a comunidade, se encontrar-se diante do impacto sobre os direitos humanos?

Tatiana contou e pediu a todos, em especial os representantes do GAC, que sejamos responsáveis pelo tema. Um pequeno grupo está envolvido na preparação desses documentos, esse relatório. Mas é pequeno. Então, temos que ser mais ativos e transformar-nos em defensores dos direitos humanos. Então, a comunidade encoraja todos na implementação dos próximos passos. Isso vai ser para a implementação dos direitos humanos.

JORGE CANCIO:

Obrigado, Suada. Então, esses conceitos resumem muito bem, os pontos discutidos. Acho que temos muito trabalho pela frente, como comunidade, para fazer. Devemos garantir de trabalhar em conjunto, como comunidade, em especial, nos processos de desenvolvimento de

políticas. E a mensagem a introduzir, deve ser escalável. Aqui, devemos evitar ... dos voluntários e muitos dos outros problemas, que sofremos. Além disso, devemos encarar isso, que mencionava a Suada, que se passa, se há um impacto, há consequências na avaliação de impacto de direitos humanos. Daí, surge um impacto negativo sobre a política. Acho que existe um interesse, uma vontade de continuar essa conversa. Espero que Cancun seja o próximo passo. E com isso... a não ser que alguém queira dizer algumas palavras finais, antes de passar de novo a sala para o GAC? Há uma pergunta no chat. Vamos ver quem é.

DESCONHECIDA:

A ICANN considerou o fato de que nem todos os governos estão de acordo em quais valores são direitos humanos e quais são morais e sócio-políticos?

JORGE CANCIO:

Acho que essa pergunta nos levaria a uma discussão muito longa. Talvez, é um tema a tratar em Cancun ou durante o recesso do café. Se pudermos imaginar, como tratar esse tema. Com isso, agradeço a presença de todos, a escuta ativa e participação. E espero com ânsia, continuar essa conversa em Cancun. Muito obrigado a todos os participantes do painel. Muito obrigado.

[FIM DA TRANSCRIÇÃO]